

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE AGOSTO DE 2006**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de Agosto de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Francisco Manuel Maurício do Rosário e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro e José Carlos da Silva.-----

-----Faltaram os Srs. Vereadores Pedro Pisco dos Santos, que se encontra de férias, e Joana Silvestre, cujas faltas foram consideradas justificadas.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----ACTAS - Foram presentes as actas de vinte e seis de Junho e trinta e um de Julho e o Sr. Presidente procedeu à distribuição de cópias da acta de sete de Agosto pelos Srs. Vereadores.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----No Período Antes da Ordem do Dia a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha solicitou explicações para o facto do Lago da Zona Norte estar vazio, ao que o Sr. Vereador José Carlos da Silva informou que se está a proceder à limpeza, retirada de ervas e detritos em depósito no fundo e amanhã será novamente cheio, ao seu nível habitual.-----

ORDEM DO DIA

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos Despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Maria Florêncio Pereira, cento e setenta e três de dois mil e dois; Socialcasa - Sociedade de Investimentos de Habitação, Lda, duzentos e sessenta e seis Q de dois mil e quatro; Manuel marques Nogueira, trezentos e vinte e três de dois mil e cinco; Maria de Lurdes Pombas, trinta e sete; Magda Sofia da Silva Duarte e outra, cento e nove; Tecnitejo - Sociedade de Construções do Ribatejo, SA, cento e vinte e seis; Fábio António Maia Lucas, cento e vinte e oito; José Manuel Figueiredo Nunes dos Santos, cento e vinte e nove; e Edempax - Serviços de Restauração e Bar, Lda, cento e setenta e quatro, todos de dois mil e seis.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos Despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais referentes aos processos de obras a seguir designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----António Ascensão Rodrigues Catrola, trezentos e dezasseis A de dois mil e dois; Euclides Marques de Brito e Silva, duzentos e sessenta e seis A de dois mil e cinco; Joana Maria Neto Leão, sessenta e dois; Cândido Manuel Silva de Oliveira Castelo, setenta e oito; e Socomgel, Comércio de Produtos Congelados, Lda, cento e trinta e sete, todos de dois mil e seis.-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente o processo referente à venda do lote cento e dezanove da Zona de Actividades Económicas de Almeirim, a Agroconfiança - Agricultura e Comércio, Unipessoal, Lda.

Atendendo a que o comprador tem estado a cumprir o pagamento habitual em prestações e pretende concluir o processo de aquisição, a Câmara deliberou vender o referido lote.-----

-----OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA - Foi presente o requerimento de COOPEAL - Cooperativa de Habitação Económica de Almeirim, na qualidade de proprietária da Cervejaria Chapa, na Praceta do Santíssimo, nesta cidade, solicitando autorização para ocupação da via pública no espaço de esplanada do mesmo estabelecimento com um novo modelo de estrutura, que apresenta, em substituição do existente.

A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que a Câmara devia informar o requerente de que deve ser feita limpeza regular da plataforma superior da estrutura, porque acumula lixo e dejectos de aves.

O Sr. Vereador Pedro Ribeiro acrescentou que devia ser recomendada igualmente uma maior higienização na deposição de resíduos nos respectivos contentores.

O executivo deliberou deferir o pedido, devendo a requerente proceder à regularização do licenciamento para ocupação da via pública.-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----ESTAGIÁRIO - Foi presente o pedido de Joana Rita Salvador Cardoso, que cumpriu estágio do curso de Técnico de Informação Turística nesta Câmara de doze de Julho a oito de Agosto, com destino à concessão de subsídio de refeição no citado período.

O executivo deferiu.-----

-----UNIVA - A Câmara deliberou autorizar o adiantamento de verba para pagamento da remuneração do mês de Agosto à funcionária do Programa UNIVA, a repor quando o Centro de Emprego proceder à transferência.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou efectuar as seguintes transferências financeiras:

Associação Cultural e Recreativa de Marianos e Murta, para inscrição da equipa de futebol no Campeonato Distrital do INATEL de futebol de onze, novecentos e sessenta euros; Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almeirim, para equipamento da valência de formação de novas amas, mil e quinhentos euros; Associação de Solidariedade Social de Benfica do Ribatejo, para a campanha de solidariedade a favor de Marcelo Jorge Santos Antunes, setecentos e cinquenta euros; e Instituto Português de Reumatologia, para apoio à sua actividade, duzentos e cinquenta euros.

A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha absteve-se quanto a esta última transferência e fez a seguinte declaração de voto: «Abstenho-me por pensar que o Instituto Português de Reumatologia é um organismo criado pelo Estado e, como tal, o financiamento deve ser garantido pela Administração Central. Quanto aos actos de ordem assistencial desse Instituto, se existem, devem ser geridos por uma organização não governamental independente do Instituto e aí sim, considero que a autarquia teria toda a legitimidade para ajudar».-----

-----DOAÇÃO DE MATERIAL ORTOPÉDICO - O Sr. Presidente informou que o Centro Ortopédico de Almeirim, Ld<sup>a</sup>. cessou a sua actividade comercial e, para efeitos fiscais, deveria proceder à destruição de existências. Porém a sua gerente, D. Aida Pita Soares, propôs efectuar a doação de todo o material a esta Câmara, que o distribuirá pelas pessoas com carências económicas que dele necessitem, havendo, nesse caso, lugar à obrigação de pagamento do IVA, no total de dois mil e quinze euros e trinta cêntimos, conforme documentos que apresenta.-----

A Câmara deliberou aceitar a doação de todo o material ortopédico existente no estabelecimento, no valor total de onze mil quatrocentos e cinquenta euros e cinquenta e cinco cêntimos,

a preço de custo, e reembolsar o estabelecimento do valor do IVA a pagar ao fisco, no valor indicado.-----

-----RECEITA VIRTUAL - Foi presente a informação da funcionária responsável pelo serviço, comunicando que a Citation - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, actual titular dos lotes da Zona de Actividades Económicas de Almeirim números cinquenta e sete a sessenta e três e noventa a noventa e três, por transmissão de RENIT - Construção e Obras Públicas, não procedeu ao pagamento, no prazo concedido para tal, da compensação a que se refere o número cinco do Artigo cinquenta e quatro do Regulamento da Zona de Actividades Económicas, devida pela transmissão a terceiro dos lotes números sessenta e um, sessenta e dois e sessenta e três, no montante de cento e setenta e dois mil e treze euros e quarenta e três cêntimos; e da sanção pecuniária de vinte e cinco por cento sobre o valor da aquisição, por não serem iniciadas as construções nos onze lotes referidos, imposta pelo número um do Artigo quarenta e seis do mesmo Regulamento e plasmada na Cláusula sexta da escritura de compra e venda, no montante de duzentos e sessenta e dois mil trezentos e quarenta e três euros e noventa e cinco cêntimos.---

-----A Câmara deliberou, por maioria, proceder à virtualização das receitas, por débito à Tesouraria.-----

-----Absteve-se a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, que justificou a sua posição «por considerar que, mais uma vez, não ter tido acesso ao documento, previamente à reunião de Câmara e não estar devidamente informada do processo».-----

-----QUIOSQUE EM FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Sr. Presidente comunicou o pedido de Isalina Lopes Fernandes com vista a ser-lhe autorizada a exploração de um quiosque de jornais em Fazendas de Almeirim, devido a encontrar-se impossibilitada de exercer outra profissão que exija mais acuidade visual.

A Câmara deliberou autorizar a munícipe a explorar um quiosque na via pública, em Fazendas de Almeirim e, dado que a

sua situação não lhe permite a aquisição daquele equipamento, foi deliberado apurar o preço do quiosque, que poderá ser comprado pela autarquia e cedida a sua exploração.-----

-----COMISSÃO MUNICIPAL ARBITRAL - NRAU - Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara deliberou designar como seu representante na Comissão Arbitral Municipal no âmbito do Novo Regime do Arrendamento Urbano, o Sr. Vice-Presidente Dr. Francisco Maurício, para o exercício de todas as funções previstas na lei.-----

-----TAXI EM BENFICA DO RIBATEJO - Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara deliberou abrir concurso para um dos dois lugares vagos do contingente de táxis da freguesia de Benfica do Ribatejo, nos termos do Regulamento Municipal em vigor.-----

-----ALDESC, EM - Foi submetida a apreciação a informação financeira semestral e Parecer do Fiscal Único sobre as Contas da ALDESC, EM, previamente distribuídos por todos os autarcas.

A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse querer explicações relativas ao Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, designadamente a dois quadros reportados aos movimentos do Activo Imobilizado, que apresentam discrepâncias entre o saldo inicial e final.

O Sr. Vice-Presidente respondeu que se trata de amortizações e provisões.

A mesma Vereadora referiu o Relatório de Gestão, no ponto um, ponto, cinco, estratégia e iniciativas, em que, para eliminar os capitais negativos e contribuir para a autonomia financeira da ALDESC, aponta um conjunto de objectivos a prosseguir. E acrescentou que gostaria de saber quais os estudos que levam a estas conclusões, já que são estimados incrementos como a parceria com a COMPAL, mas não é apresentado qualquer estudo da necessidade de investimento e tempo necessário para esse investimento gerar lucros. Num caso de debilidade

financeira, não é preciso apenas gerar receitas, mas também lucros. E não existe estudo que o demonstre.

O Sr. Vice-Presidente esclareceu que a parceria com a COMPAL resulta de uma iniciativa desta empresa e que apresenta vantagens para ambas as partes. Para laboração da fábrica, a COMPAL extrai água, que aquece, mas não tem o necessário arrefecimento posterior. Com esta parceria, as Piscinas servirão como tanque de arrefecimento, beneficiando estas e o Estádio Municipal de abastecimento gratuito de água aquecida, e a água retornará à fábrica, já arrefecida. A Câmara está a preparar a elaboração de projectos de adaptação, que serão candidatados com vista à obtenção de comparticipação e a implementação desta medida representará uma economia de cinco mil euros por mês em gás e energia eléctrica. Esta parceria permitirá aquecer a piscina exterior durante o Inverno e aumentar a sua utilização para o ano inteiro.

A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que deve ser firmada a garantia, em caso de deslocalização da empresa sem que o investimento esteja amortizado, que cubra os custos a suportar pela autarquia e o prejuízo durante o período em que as Piscinas ficarão sem funcionar, o que deve constituir previsão do Protocolo, para que a Câmara não fique 'com o menino nos braços'. Se a empresa apresenta esta proposta à Câmara é porque tem a ganhar com ela e, louvando a COMPAL pela iniciativa, que demonstra uma maior inteligência, aconselha a que a autarquia não vá embarcar sem condições neste projecto.

A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha teceu a seguinte apreciação sobre os instrumentos financeiros apresentados: «Considerando, mais uma vez, que esta informação demonstra que a empresa está em falência a mais de cento e tal por cento, sempre que aparecem documentos relativos à sua gestão vêm reforçar a evidência que a mesma empresa não é útil para o Município em contribui em nada para aliviar a gestão municipal nas áreas que lhe foram entregues, visto que, no fim, acaba sempre por ser a Câmara

Municipal, única sócia desta empresa, a ter que fazer a cobertura do défice acentuado e crónico da mesma».

O Sr. Presidente disse: «A minha posição é favorável em relação à informação prestada porque, tendo eu conhecimento da relação que existe entre o custo de funcionamento dos vários equipamentos desportivos e os serviços que presta, com uma forte carga social, a actuação é francamente positiva e estes são resultados que, no contexto de equipamentos deste tipo que conhecemos em funcionamento noutros municípios, deixa-me perfeitamente tranquilo em relação ao futuro da empresa. Devo acrescentar quanto reconheço o esforço do Conselho de Administração para implementar algumas medidas de racionalização de custos em paralelo com um maior número de respostas à necessidades dos utentes dos equipamentos geridos pela ALDESC».

A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha acrescentou à sua intervenção: «Grave, também, é o facto que a empresa apresenta numa informação semestral um défice superior a mais de cem por cento, quando a autarquia fez a cobertura de todo o défice anterior».

O Sr. Presidente disse «não fez, não».

O Sr. Vice-Presidente esclareceu que a verba transferida visava cobrir prejuízos de dois mil e cinco e não tem reflexos em dois mil e seis, sendo o défice deste ano inferior ao do ano passado.

A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha referiu que o resultado líquido negativo já é de oitenta e seis mil euros, isto é, superior ao próprio capital social da empresa, que é de cinquenta mil euros.

O Sr. Vereador Pedro Ribeiro ponderou que «as empresas municipais são formas de gestão adaptadas aos novos tempos e utilizadas por autarquias de todos os partidos. O desporto e a cultura não podem nem devem dar lucro. A questão da utilidade da empresa prende-se sempre com o objectivo maior de saber se os custos, no final do ano, serão maiores ou menores, consoante os serviços sejam prestados directamente pela Câmara ou pela



Empresa Municipal. Atendendo a que a empresa é cem por cento pública e está provado que em regime empresarial as atribuições são prosseguidas com custos menores, não me resta qualquer dúvida que esta Empresa Municipal, nestes moldes, é da maior utilidade».

-----  
-----PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA AS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR DO 1º CICLO - Foi presente para ratificação o Protocolo de Colaboração no âmbito do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no Primeiro Ciclo do Ensino Básico: Actividade Física e Desportiva e Ensino da Música, celebrado entre esta Câmara e o Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim, o Agrupamento de Escolas de Febo Moniz, a ALDESC, Empresa Pública Municipal de Gestão dos Espaços e Equipamentos Desportivos, EM e a Empresa seleccionada através de Concurso Público para aquisição de serviços no âmbito de actividades de enriquecimento curricular - iniciação à aprendizagem do inglês (ainda não definida e que, por isso, não outorga no Protocolo).-

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que este Protocolo foi celebrado devido à necessidade de, até quinze de Agosto corrente, apresentar a candidatura deste projecto.

-----O executivo deliberou ratificar o Protocolo, com a abstenção da Srª Vereadora Manuela Cunha, que justificou a sua posição: «Primeiro, porque considero que este Protocolo devia ser anterior ao concurso público para a aquisição de serviços de ensino de inglês ao primeiro ciclo do ensino básico. Segundo, porque este documento deveria estabelecer regras que deviam integrar o processo de concurso para determinação da empresa adjudicatária do ensino do inglês. Terceiro, pela leitura que faço do Decreto-Lei que implementa o enriquecimento curricular, este Protocolo deveria ser assinado entre as entidades com competência na matéria. A autarquia vai adquirir o serviço, através de concurso, a uma empresa que não tem que subscrever o Protocolo, porque é apenas o prestador do serviço que as

entidades competentes definiram para atingir os objectivos de enriquecimento curricular. Também a Câmara deveria previamente definir as suas responsabilidades perante a ALDESC, a fim de que esta assumisse no Protocolo a prestação do serviço da sua área de actuação cabalmente mandatada e, só depois a ALDESC estaria em condições de assinar o Protocolo, com plenos poderes. Quarto, julgo que mesmo que a empresa pudesse legalmente ser parte no Protocolo estabelecido, não se verificou a assunção da sua responsabilidade com a assinatura do Protocolo - porque ainda não está definida a empresa adjudicatária do serviço - e o mesmo não seria válido se firmado apenas com uma parte das entidades que se pretende vincular».

-----O Sr. Vice-Presidente justificou que este Protocolo representa a única maneira viável de dar cumprimento ao Despacho do Ministério da Educação.

-----4 - EMPREITADAS E FORNECIMENTOS-----

-----AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A PRESIDÊNCIA - O Sr. Presidente propôs a aquisição de uma nova viatura para os serviços da Presidência, com recurso à Central de Compras do Estado, atendendo ao tempo de serviço e quilometragem da actual viatura Renault, que já aconteceu parar por avaria a meio do percurso, não se justificando o custo de mais uma grande reparação. A viatura que reúne mais condições para satisfazer o esforço exigido pelo número de deslocações de serviço será a Volkswagen Passat Limo Confortline, dois, ponto, zero, TDI, de cento e quarenta CV DSG, com o preço de venda de vinte e cinco mil quatrocentos e sessenta e três euros e setenta e dois cêntimos e que beneficiará do desconto previsto no enunciado sistema de compra.

-----O Executivo deliberou, por maioria, adquirir a viatura proposta, com a abstenção da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha que justificou a sua posição «devido à minha ignorância em matéria de veículos. Considero que as pessoas têm direito, no

exercício das suas funções, a ter um carro com segurança, dignidade e sem luxos inúteis, mas sou incapaz de reconhecer o assunto e analisar a proposta».-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro declarou «Pegando nas palavras da Sr<sup>a</sup> Vereadora, considero também que os carros dos presidentes de Câmaras devem ter dignidade sem ter luxos, e é por isso que aprovo esta aquisição, uma vez que a actual escolha se insere nestas características».-----

-----Às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, .....